

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.546 - GO (2019/0265095-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : LARISSE SANTANA ALVES PIMENTEL
ADVOGADO : LARISSE SANTANA ALVES PIMENTEL - GO050505
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : EUDIM ALVES DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de EUDIM ALVES DE LIMA contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que indeferiu pedido liminar no HC n. 5516533-02.2019.809.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 27/8/2019 por ter supostamente praticado delitos tipificados no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal (roubo circunstanciado). Em audiência de custódia, o Juízo de primeiro grau concedeu liberdade provisória mediante fiança arbitrada em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja liminar foi indeferida em decisão acostada às fls. 36/37.

No presente *writ*, o impetrante alega necessidade de superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, porquanto a custódia cautelar do paciente persiste apenas por não ter condições de recolher o valor arbitrado.

Assevera ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do paciente e defende a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas.

Argumenta que, em caso de condenação, o regime inicial para o cumprimento da reprimenda será diverso do fechado. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcionalmente severa.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com redução da fiança ao menor valor possível, nos termos do art. 350 do CPP.

A liminar foi deferida "*para reduzir o valor arbitrado a título de fiança*

Superior Tribunal de Justiça

para R\$ 1.000,00 (hum mil reais), mantidas as demais condições impostas pelo Juízo de primeiro grau" (fls. 115/118).

As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 125/135 e 141/144).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*, mas pela concessão da ordem de ofício para reduzir o valor da fiança (fls. 136/137).

É relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Conforme relatado, busca-se no presente *habeas corpus* o deferimento da liberdade provisória sem o recolhimento da fiança ou a sua redução.

Por oportuno, segue a transcrição da decisão do Juízo de primeiro grau, que homologou o flagrante e concedeu liberdade provisória ao paciente, mediante o pagamento de fiança, *in verbis*:

Em seguida, foi proferida a seguinte DECISÃO pelo MM. Juiz: "O custodiado foi preso logo em seguida a prática do crime com os objetos subtraídos das vítimas, razão pela qual o flagrante está escoreito e o auto dele decorrente merece ser HOMOLOGADO. O custodiado é primário e tem, aparentemente, ocupação lícita e endereço fixo. Considerando que não há elemento concreto de que o custodiado venha ofender a ordem pública, comprometer a instrução criminal ou furtar-se a aplicação da lei penal, não merece subsistir prisão cautelar, porém, ao invés do monitoramento eletrônico que daria direito até a detração da pena, sem que pouco efeito inibitório causasse ao custodiado, opto pela fixação de fiança um pouco superior ao valor fixado para Maycon, tendo em vista a capacidade financeira superior do custodiado, que inclusive demonstrou perplexidade por si mesmo em envolver-se no fato, por não ter nenhuma necessidade de dinheiro. Arbitro, pois, a fiança em de RS 3.000,00 (três mil reais), bem como assinatura do respectivo termo de compromisso. Isto posto, CONCEDO A LIBERDADE PROVISÓRIA A EUDIM ALVES DE LIMA, condicionada ao valor de fiança de 3.000,00 (três mil reais) e assinatura de termo de compromisso. Com o cumprimento das condicionais supra, expeça-se alvará de soltura se por outro motivo ele não estiver preso. Caso os custodiados de hoje não recolham a fiança arbitrada, deverão

Superior Tribunal de Justiça

eles ser encaminhados à Central de Triagem (fl. 108).

Por sua vez, o Desembargador relator ao indeferir o pedido de liminar do writ originário, manteve o valor da fiança arbitrado no primeiro grau, nos seguintes termos:

Pedido de liminar

A possibilidade de concessão de liminar em habeas corpus, viabilizando a pronta cessação do constrangimento apontado pelo impetrante, não se encontra prevista em lei. Trata-se de criação jurisprudencial, hoje consagrada no âmbito de todos os tribunais brasileiros. Para que isso se dê, exigem-se dois requisitos básicos de todas as medidas liminares: fumus boni iuris (fumaça do bom direito) e periculum in mora (perigo na demora). O primeiro deles diz respeito à viabilidade concreta de ser concedida a ordem ao final, por ocasião do julgamento de mérito. O segundo refere-se à urgência da medida que, se não concedida de imediato, não mais terá utilidade depois. (NUCCI, Guilherme de Souza. Habeas corpus. Rio de Janeiro: Forense, 2014, livro digital Kobo).

No caso dos autos, o pedido de liminar esgota a pretensão do impetrante (antecipação de tutela), sem indicação de viabilidade concreta de ser concedida a ordem ao final, por ocasião do julgamento de mérito pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Conclusão

POSTO ISSO, indefiro o pedido de liminar (fl. 37).

Note-se que a manutenção da prisão preventiva decorrente apenas em razão do não recolhimento da fiança é situação rechaçada pela remansosa jurisprudência desta Corte Superior.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. PAGAMENTO DE FIANÇA COMO CONDIÇÃO PARA A SOLTURA. PARECER MINISTERIAL PELO NÃO CONHECIMENTO DA INSURGÊNCIA. CONCESSÃO DA ORDEM, CONFIRMADA A MEDIDA LIMINAR.

1. No caso destes autos, o paciente foi preso em flagrante pelo aparente cometimento dos crimes previstos nos arts. 334-A e 288 do CP, bem como no art. 70 da Lei 4.117/62, e teve a soltura condicionada ao pagamento de fiança inicialmente estabelecida em R\$ 50.000,00, depois reduzida para R\$ 35.000,00 pela segunda instância de jurisdição, a despeito do reconhecimento de que sua prisão preventiva não era

Superior Tribunal de Justiça

medida imprescindível.

2. Conforme registrado na decisão liminar que nesta oportunidade se vê confirmada, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada.

3. Entretanto, esta Corte não tem admitido a manutenção da custódia cautelar tão somente em razão do não pagamento do valor arbitrado a título de fiança.

4. Na esteira de incontáveis precedentes desta Corte, a prisão cautelar é invariavelmente excepcional, subordinando-se à demonstração de sua criteriosa imprescindibilidade, especialmente *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*, à luz dos fatos concretos da causa.

5. Ordem concedida, confirmando a decisão liminar (HC 456.308/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2018)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES NA FORMA TENTADA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ARBITRAMENTO DE FIANÇA. RÉU JURIDICAMENTE POBRE. CONDICIONAMENTO DA LIBERDADE AO PAGAMENTO DA FIANÇA ARBITRADA. IMPOSSIBILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. AFASTAMENTO DA SÚMULA 691/STF. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

(...)

III - Por outro lado, "a imposição da fiança, dissociada de qualquer dos pressupostos legais para a manutenção da custódia cautelar, não tem o condão, por si só, de justificar a prisão cautelar do réu, a teor do disposto no art. 350, do Código de Processo Penal" (HC n. 247.271/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 2/10/2012)

IV - Na hipótese, configura constrangimento ilegal o condicionamento da liberdade provisória ao pagamento de fiança arbitrada no valor de R\$ 200,00, não obstante seja o paciente hipossuficiente.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para, confirmando-se a liminar parcialmente deferida, garantir a liberdade ao paciente, independentemente do pagamento de fiança, salvo se por outro motivo estiver preso, e sem prejuízo da decretação de outras medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal (HC 337.399/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 26/02/2016)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR NO PRÉVIO WRIT. SÚMULA 691 DO STF. EXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. LIBERDADE

Superior Tribunal de Justiça

PROVISÓRIA DEFERIDA. FIANÇA NÃO PAGA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FLAGRANTE ILEGALIDADE. EXISTÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA.

1. A aceitação de *habeas corpus* impetrado contra decisão que indeferiu a liminar em prévio writ se submete aos parâmetros da Súmula 691 do STF, somente afastada no caso de excepcional situação, o que se verifica na hipótese dos autos.

2. Com o advento da Lei n.º 12.403/11, externaram-se os comandos constitucionais que identificam na prisão provisória o caráter de ultima ratio.

3. In casu, existe manifesta ilegalidade, pois, não obstante o reconhecimento, pelo juízo de primeiro grau, da desnecessidade do encarceramento cautelar do paciente, ele continua custodiado em razão do não pagamento da fiança arbitrada.

4. **Afigura-se irrazoável manter o réu preso cautelarmente apenas em razão do não recolhimento da quantia determinada, especialmente quando se alega impossibilidade de o fazer e estão ausentes os requisitos exigidos no artigo 312 do Código de Processo Penal.**

5. Ordem concedida, confirmando a liminar deferida, a fim de garantir a liberdade provisória ao paciente, independentemente do pagamento de fiança, mantidas as demais cautelares impostas, quais sejam: a) comparecimento periódico em juízo, de forma mensal, para informar e justificar atividades; b) proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução; e c) manter o endereço atualizado.

(HC 345.331/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 28/03/2016).

Ademais, foi deferida liminar por essa Corte apenas para reduzir o valor da fiança arbitrada e, de acordo com as informações prestadas pelo Magistrado de primeira instância, reduzido o valor, foi expedido alvará de soltura em favor do paciente, em 6/9/2019, ante o recolhimento da fiança.

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*, mas concedo a ordem de ofício, para confirmando a liminar anteriormente deferida, reduzir o valor da fiança arbitrada para R\$ 1.000,00 (um mil reais), permitida a decretação de nova prisão preventiva diante da ocorrência de novos fatos que justifiquem sua imposição.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

